



Câmara Municipal de Manaus
Diretoria Legislativa



PROJETO DE LEI N. 242/2019

AUTORIA: Ver. Prof. Fransuá

EMENTA: INSTITUI no âmbito do município de Manaus, o programa de incentivo "Meu Primeiro Emprego" e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

DELIBERAÇÃO: 16 / 10 / 2019

SITUAÇÃO:

PROCURADORIA LEGISLATIVA

Em: 30 / 10 / 2019
Prazo: 06 / 11 / 2019

NA 2ª CCJR

RELATOR: Ver. Marcel Alexandre
Em: 11 / 11 / 2019
Prazo: 18 / 11 / 2019

PROJETO DE LEI N. 242 / 2019

INSTITUI no âmbito do município de Manaus, o programa de incentivo "Meu Primeiro Emprego" e dá outras providências.

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito do Município de Manaus, o programa "Meu Primeiro Emprego", fomentando a inserção de jovens no mercado de trabalho, capacitando-os e incorporando-os na atividade laboral.

Art. 2.º As finalidades do Programa criado por essa Lei são:

- I – A qualificação dos jovens para o mercado de trabalho e inclusão social;
- II – Fomentar a geração de empregos e renda no Município;
- III – Diminuir o impacto de refluxos na atividade econômica para a juventude;
- IV – Incremento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda no Município.

Art. 3.º O Poder Executivo Municipal poderá criar políticas públicas para incentivar através de benefícios as Pessoas Jurídicas de Direito Privado, a aderirem ao programa de lei, as quais acrescentarão em seu quadro de empregados os iniciantes de atividade no mercado de trabalho, reduzindo o índice de desempregados, oportunizando os jovens que buscam o primeiro emprego, bem como nos seguintes casos:

- I - iniciativas de incentivo a projetos de geração de empregos e renda;
- II – estimular programas de apoio a gestão e ao desenvolvimento de cooperativas de trabalho, incubadoras tecnológicas e projetos de economia solidária;
- III – desenvolvimento de projeto de qualificação e requalificação profissional de jovens;
- IV- desenvolver parcerias com órgãos oficiais e empreendedores privados para projetos de incubadoras de micro e pequenas empresas.

Art. 4.º As empresas que diretamente forem beneficiadas por qualquer benefício ou isenção fiscal no âmbito do Município de Manaus, deverão reservar vagas de trabalho ao primeiro emprego nos seguintes moldes:

I- Fica isento da reserva de vagas ao primeiro emprego, empresas com até 7 (sete) funcionários;

II- Para empresas com 8 (oito) a 20 (vinte) funcionários, será destinado o percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas de trabalho para o primeiro emprego;

III- Acima de 21 (vinte e um) funcionários, será destinado o percentual de 15% do total de vagas de trabalho para o Programa "Meu Primeiro Emprego";

§ 1º Caso a aplicação do percentual de que trata esse artigo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado ao próximo número inteiro subsequente;

§ 2º A porcentagem de jovens que trata o *caput* desse artigo, deve ser garantida pelo período mínimo de 3 (três) anos, contados a partir da data do início da concessão do benefício;

§ 3º Ao candidato, na condição de estudante, que vier a preencher qualquer vaga destinada ao Programa "Meu Primeiro Emprego", será assegurado pela empresa contratante o direito de cumprir seu turno laboral contratualizado, sendo vedado a sua transferência para outro turno que venha prejudicar a sua atividade escolar.

Art. 5.º Para efeito desta lei, compreende-se por primeiro emprego aquele destinado a todas as pessoas que não tenham qualquer experiência profissional comprovada em carteira de trabalho.

Art. 6.º Para se inscrever no Programa, o jovem deverá ter idade compreendida entre 16 (dezesesseis) e vinte e quatro (vinte e quatro) anos, devendo apresentar no ato da inscrição:

- I- Carteira de identidade, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Previdência Social e comprovante de residência;
- II - Declaração de que não tenha tido relação formal de emprego;
- III - Apresentar declaração de matrícula atualizada, caso esteja cursando ensino médio, superior ou educação técnica ou certificado de conclusão.

Art. 7.º O Poder Executivo regulamentará as inscrições e o funcionamento do banco de empregos para a juventude por meio de decreto.

§ 1º O encaminhamento dos jovens aos empregadores deverá obedecer a ordem cronológica de inscrições;

§ 2º É vedada a contratação, no âmbito do Programa, de jovens que sejam parentes até o terceiro grau dos empregadores, sócios ou dirigentes das empresas contratantes.

Art. 8.º As relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta Lei devem estar regulares perante a legislação trabalhista e previdenciária, cabendo ao empregador todos os ônus legais, inclusive os encargos sociais.

Art. 9.º Se houver rescisão do contrato de trabalho do iniciante devidamente inscrito no Programa, o empregador manterá o posto de trabalho, substituindo em até 30 (trinta) dias o jovem dispensado por outro também inscrito, obedecendo a ordem cronológica e prioridade de atendimento.

Art. 10.º Aplica-se a obrigatoriedade de implementar o programa instituído por essa Lei dentro do âmbito da Administração Pública direta, obedecendo o requisitos:

I - Os contratos de prestação de serviços advindos de processos seletivos para contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Municipal, deverão representar, no mínimo, 15% das vagas para o primeiro emprego, salvo em casos especiais, desconsiderando e resguardando as vagas em que exija qualificação técnica ou graduação específica dentro das diversas áreas de atuação.

Parágrafo Único – Estende-se a obrigatoriedade da aplicabilidade dessa lei a todas as empresas privadas que detém o direito de exploração dos serviços públicos sob a titularidade de concessão, permissão e autorização, autorizadas pela municipalidade, respeitando-se o percentual interposto no presente artigo, independentemente do recebimento de incentivos.

Art. 11.º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 15 de julho de 2019.



PROF. FRANSUÁ
Vereador / PV

JUSTIFICATIVA

O Brasil vive hoje um momento de instabilidade econômica e eventuais crises por conta de altas taxas de desemprego, precarização das relações de trabalho, exclusão social e outros fatores que impõe restrições distintas aos diversos grupos populacionais.

Os jovens, que normalmente já tem uma inserção mais difícil e vulnerável no mercado de trabalho, são atingidos com mais intensidade pelos problemas gerados nesse contexto. A taxa de desemprego na fase da juventude é mais elevada do que na população acima de 30 anos, e a exclusão social se torna uma realidade para muitos cidadãos jovens de Manaus.

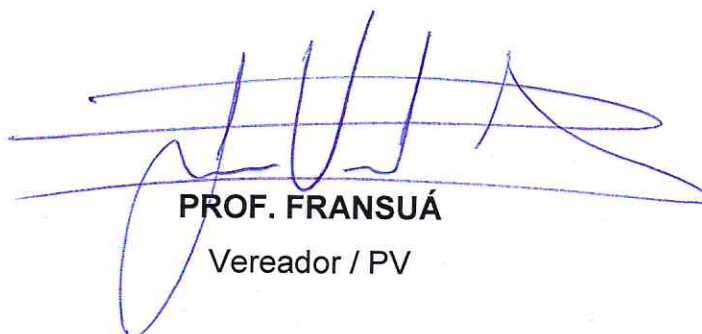
Um dos grandes obstáculos a inserção de jovens no mercado de trabalho, para além da difícil conjuntura econômica e da baixa qualificação, é a exigência de experiência de trabalho anterior. Como o investimento em educação e capacitação profissional é reduzido, e ainda é exigida experiência de trabalho sem que sejam oferecidas oportunidades para tal, o quadro só piora.

Boa parte dos jovens que se candidatam a oportunidades pelos programas sustentados por lei vêm de situações de vulnerabilidade. Lares desfeitos, oportunidades rasas e, graças a essas iniciativas, eles passam a ter uma visão diferente de mundo. Um mundo de trabalho, em que eles se espelham nos profissionais que compartilham conhecimento, preparando-os para os desafios empresariais e pessoais. Assim, eles se renovam e se descobrem cidadãos ativos, dando novos significados as suas experiências.

A carreira profissional dos nossos jovens, além do comprometimento pessoal, depende desse incentivo do poder público, no oferecimento de uma qualificação adequada que fará o diferencial, na atuação das mais diversas atividades, contribuindo significativamente com a sua entrada e permanência no mercado de trabalho, além de fortalecer o crescimento do setor, combatendo desemprego e distribuindo renda às famílias dos qualificados.

O projeto é um dos primeiros passos para reduzir desigualdades sociais, possibilitando os jovens a garantirem um emprego e um futuro digno. Programas parecidos já foram propostos e aplicados em outras cidades, com resultado positivo.

Portanto, conto com o apoio indispensável dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.




PROF. FRANSUÁ
Vereador / PV

CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA PLNº 242/2019

FLS Nº _____

ASSINATURA  ISO 9001

PROJETO DE LEI Nº 242/2019

AUTORIA: VEREADOR PROFESSOR FRANSUÁ

ASSUNTO INSTITUI no âmbito do município de Manaus, o programa de incentivo "Meu Primeiro Emprego" e dá outras providências.

PARECER PL/CMM

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei, versando sobre assunto acima mencionado.

Como é sabido, a Constituição Federal vigente atribuiu aos Municípios a capacidade de autonormatização, ou seja, a capacidade de editar suas próprias leis.

De fato, a teor do art. 30, inciso I, da Carta Federal, *verbis*:

“Art. 30 – Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”

Ainda nesse sentido, dispõe o art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

Desta feita, mesmo reconhecendo a grande importância do projeto, entendemos que ele está eivado de ilegalidade e inconstitucionalidade. Vejamos:

A propositura institui o programa “MEU PRIMEIRO EMPREGO” criando nitidamente obrigações para o Poder Executivo.

Ocorre que o art. 2º, da Constituição Federal prevê que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem ser harmônicos e



CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA PLNº 242/2019

FLS Nº _____

ASSINATURA Waldemar ISO 9001CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

independentes entre si, ou seja, um poder não pode interferir nas funções típicas um do outro.

Dessa feita, entendemos que a propositura invade competência do Chefe do Executivo, ferindo o princípio da Harmonia e independência dos Poderes (art. 2º, da CF/88).

Importa salientar o que dispõe da Carta Federal, em seu artigo 167, inciso I, “São vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual”. Frise-se que não há vedação à criação de programas por vereador, apenas há a necessidade de prévia dotação orçamentária.

No mesmo sentido, dispõe o art. 148, inciso I, da LOMAN, “São vedados o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual.”

Isto posto, diante dos argumentos expostos, somos do entendimento de que a propositura está eivada de inconstitucionalidade e ilegalidade.

Manaus, 31 de outubro de 2019.

PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO

Procuradora da CMM



CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA PLNº 242/2019

S Nº _____

NATURA ISO 9001 *valuska*CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus**PROCURADORIA
GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 242/2019
PROPOSITURA: 2019.10000.10300.5.002445
AUTORIA: VEREADOR PROF. FRANSUÁ
EMENTA: INSTITUI no âmbito do município de Manaus, o programa de incentivo
"Meu Primeiro Emprego" e dá outras providências.

DESPACHO

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre
Procurador **Dra. PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO**, com base nos seus jurídicos
fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 04 de
novembro de 2019.

ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO
Procurador Geral



Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850
São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020
Tele.: (92)3303-XXXX/XXXX/XXXX
www.cmm.am.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ROBERTO TATSUO NAKAJIMA F. NETO - PROCURADOR - 007.810.462-97 EM 04/11/2019 10:26:43

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : B8F51C070007C2F3 . CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>